CIDADE E POLÍTICAS DE MOBILIDADE: ESTUDO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Abílio Rezende Macedo*, PIBIC/CNPq, Unesp – Faculdade de Ciências e Letras; Assis-SP; Brasil; José Sterza Justo, Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Unesp – Faculdade de Ciências e Letras; Assis-SP; Brasil.

contato: abilio_rm@hotmail.com

Palavras-chave: Assistência Social. População em Situação de Rua. Cidade

Introdução:

A importância da cidade, hoje, a coloca como objeto inevitável da ciência e não apenas da geografia humana, que a tem como objeto preferencial. A psicologia, particularmente, tem uma contribuição a dar ao conhecimento da dinâmica da cidade, tomando-a como lugar da produção de subjetividade. A saúde mental, o sofrimento psíquico, os processos psicológicos, as figuras e modelos de produção de subjetividade são constituintes fundamentais do universo citadino.

Gerir o tempo, o ritmo de vida dos citadinos, e os fluxos das relações passa a ser a meta principal das metrópoles sempre às voltas com problemas de circulação e congestionamento, ou seja, de trânsito, problemas relacionados ao ir e vir das pessoas.

Porém, se a cidade moderna implementa a circulação o faz dentro de um rigoroso sistema de controle das mobilidades instituindo o governo da trajetividade ou a dromopolitica (Virilio, 1993) como o cerne da política urbana. Não deixar parar, "fazer circular", conforme enfatiza Martim Barbero (1994), mas dentro de regras, convenções, e práticas de deslocamento estabelecidas com propósitos bem definidos, como ocorre nos *Shoppings Centers.* Da casa para o trabalho, para a escola, para o comercio ou para qualquer outro lugar especializado constituído na espacialização da cidade, mas não um andar a esmo, sem rumo e sem destino. A dromopolítica urbana também seleciona quem pode se deslocar para determinados lugares e realizar certos trajetos. O policiamento do trânsito não se restringe à circulação de veículos e de seus condutores, mas inclui o acesso a todos os estabelecimentos da cidade se estendendo, inclusive, para praças e logradouros públicos.

Para evitar esses visitantes *"non gratos"* tomam medidas de proteção profiláticas ou repressivas. O caso dessa população de errantes é bastante ilustrativo das políticas de

mobilidade desenvolvidas na sociedade dromológica. Políticas que ultrapassam os limites da cidade e procuram controlar e administrar os deambulantes antes mesmo deles as invadirem.

São tratados como poluentes ou lixo urbano como se refere Bauman (2005) a toda população de rejeitados considerados como refugos humanos. A tentativa é a de se livrar o mais rápido possível do indesejado, desfazendo-se dele de imediato, de forma que permaneça o menor tempo possível na cidade, ou seja, que reembarque assim que chega à localidade. Dessa maneira, são enviados de um lugar a outro, em pequenos percursos, mas, como são constantemente reembarcados, acabam praticamente vivendo em trânsito, no interior dos ônibus, transitando com passes de viagem concedidos pelas cidades por onde passam. Estamos nos referindo às pessoas que estão no contexto de situação de rua, segundo informação do Ministério da Saúde e Combate à Fome (2011):

> A População em Situação de Rua é resultado do contexto de desigualdades sociais que caracterizam um sistema de violação de direitos. É um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidas a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (Brasil, 2011, p. 9).

De acordo com a Pesquisa Nacional de 2008 que buscou contabilizar pessoas em situação de rua, estimou-se que existam aproximadamente 50.000 pessoas vivendo nas ruas do Brasil[1], sobrevivendo em estado de extrema pobreza. Esta população é composta em sua grande parte por homens em idade adulta. Foi recorrente neste levantamento que, a maioria teve pouco acesso ao ensino escolar, porém cerca de 70% exercem alguma atividade laborativa, de modo informal e remunerado. A maioria nasceu no mesmo município em que se encontram e em alguns casos deslocam-se para outros municípios próximos ao seu de origem. Como podemos notar, ao contrário dos andarilhos e trecheiros de estrada, o morador de rua está em uma disposição, que poderíamos denominar como sedentária, ficando restritos apenas ao espaço da cidade. Segundo Justo (2005), embora não possuindo teto, vivem perambulando pela cidade sem sair dela ou nela permanecem por um bom período até se deslocarem para outra localidade e assim por diante. São citadinos por excelência e dificilmente se aventuram pelos acostamentos

[1] Esta Pesquisa Nacional delimitou as entrevistas à pessoas acima ou com 18 anos de idade completos, portanto não contemplou o público infanto-juvenil em situação de rua. Fizeram parte da pesquisa 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente do tamanho populacional.

das rodovias.

Com a publicação da Política Nacional de Assistência Social (2004), Política Nacional para a Inclusão de Pessoas em Situação de Rua (2008), Tipificação Nacional de Assistência Social (2009) e da Política Nacional de Atenção Básica (2007) aumentou significantemente o número de agentes, políticas e instituições para lidar com a população de rua.

Estas medidas políticas, em teoria visam: a promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; o respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; entre outros. No entanto, averígua-se que na prática, parte significativa destes serviços estão servindo para outros fins, como o bloqueio da entrada e circulação destes sujeitos dentro da cidade.

O que nos interessa, entretanto, é caracterizar concretamente esse caso como uma política de mobilidade que perpetua a errância dos enjeitados, que contribui para a produção de uma subjetividade errante, no entanto, expulsando-a da cidade, evitando a presença nela de "clandestinos", daqueles que não possuem um "visto" de entrada como é o caso do dinheiro que, segundo Simmel (1903/2009), rege a vida na cidade e dá acesso a todos seus equipamentos.

Objetivo:

Analisar a maneira como a população em situação de rua se posiciona e responde às práticas institucionais realizadas por organizações públicas e privadas prestadoras de serviços a esta população**.**

Metodologia:

A metodologia empregada para a realização deste trabalho foi a Etnografia em Psicologia. De acordo com Chizzotti (2006), o pressuposto fundamental da etnografia é a interação direta com as pessoas na vida cotidiana, assim possibilitando a compreensão das suas concepções, práticas, motivações, comportamento e procedimentos, e os significados que atribuem a essas práticas. Sato e Souza (2001, n.p.) enfatizam que a imersão no campo pesquisado, o contato com os sujeitos e grupos da pesquisa, seria fator fundamental para o sucesso desta modalidade de pesquisa:

> A pesquisa etnográfica também nos leva a considerar que será o tempo de convivência o meio pelo qual as particularidades, os jeitos de ser, os modos de representar poderão ser expressos de maneira a dificultar que as pessoas exibam apenas aquilo que avaliam que o pesquisador deve ou quer escutar, possibilitando, então desvelar processos criados pelas pessoas em sua vida diária.

A maior parte dos contatos ocorreu nas próprias ruas, praças e prédios abandonados, locais onde normalmente essa população é encontrada. A coleta de dados foi feita por meio de Diário de Campo, observação e entrevistas com pessoas em situação de rua. Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado. O registro das entrevistas foi realizado através de um gravador de voz a partir do momento que os sujeitos concordaram com a utilização deste equipamento.

Resultados e discussão:

A pesquisa encontra-se em andamento, no entanto já foram realizadas dezenove entrevistas. As situações observadas englobam pessoas que vivem sozinhas, algumas possuindo animais de estimação e outras que vivem com companheiros, dentre elas, alguns casais. Uma parte expressiva se queixa dos serviços prestados pelos programas de assistência social. Em linhas gerais, os programas existentes visam retirá-los da rua procurando reinseri-los na família, abrigá-los temporariamente em um hotel conveniado, enviá-los para outras cidades – no caso dos trecheiros, interná-los em hospitais psiquiátricos e clínicas de reabilitação - quando são diagnosticados como doentes mentais ou drogaditos. De acordo com a maior parte dos entrevistados, estes serviços acentuam ainda mais a discriminação social sofrida por eles e não atendem efetivamente as suas demandas.

Considerações finais:

Foram identificadas diferentes circunstâncias de permanência na rua, no entanto as políticas de assistência são padronizadas e tentam impor uma mesma solução para casos muito diferentes. O que parece mais problemático é o fato de as políticas públicas e as práticas desses serviços não contemplarem a participação da própria população de rua na reflexão e construção de sua cidadania. Ficou evidente que muitas destas políticas são incorporadas em ações higienistas, que visam a “limpeza” dos espaços públicos. A maior preocupação na aplicação das políticas voltadas para a população em situação de rua neste município não era realmente

atender com eficiência esta população, mas utilizar estas políticas para dissimular seus verdadeiros interesses, retirar esta população indesejável do perímetro citadino.

Referências:

Bauman, Z. (2005). Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: *Zahar*.

Brasil. (2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília

Brasil. (2008). Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília: *Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome*. Brasília

Brasil. (2008). *Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua*. Brasília.

Brasil. (2009). Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. *Conselho Nacional de Assistência Social*: Brasília.

Brasil. (2011). Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal. SUAS e a População de Rua, Vol.1. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*: Brasília

Chizzotti, A. (2006). Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas. Petrópolis: *Vozes*.

Justo, J. (2004). Dromopolítica contemporânea: o caso dos andarilhos. In: França, S. (Org.). Estratégias de Controle Social: errância, criminalização e gestão de risco. São Paulo: *Arte & Ciência*. 101-124.

Barbero, J. (1987). De los médios a las mediaciones. *Comunicación, cultura y hegemonia*. México: *G. Gili.*

Sato, L., & de Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia Usp*, 12(2), 29-47.

Simmel, G. (2009). As grandes cidades e a vida do espírito. Covilhã: *Universidade da beira Interior*. Publicado originalmente em 1903.

Virilio, P. (1996). Velocidade e Política. São Paulo: *Estação Liberdade*.